

Políticas públicas para o teatro capixaba: Décadas de 1960 e 1970

O teatro capixaba é quase tão antigo quando o próprio estado do Espírito Santo. A colonização das terras capixabas teve início em 1535 com a chegada de Vasco Fernandes Coutinho, seu primeiro donatário. O teatro também teve suas primeiras encenações aqui no século XVI, com a vinda de José de Anchieta e de outros missionários jesuítas que utilizaram a arte de encenar dramas sacros como ferramenta para a catequese dos nativos, como registra o poeta e pesquisador Oscar Gama Filho em seu livro ***História do Teatro Capixaba: 395 anos***, publicado em 1981 pela Fundação Cultura do Espírito Santo.

O ator e também pesquisador Duílio Kuster se ocupou de um período bem mais curto, mas não menos importante. O seu recorte temporal vai de 1964, ano em que ocorreu o golpe militar, a 1980, quando o regime político implantado pelos responsáveis pelo golpe de 64 já dava sinais inequívocos de exaustão, demonstrando estar na iminência de ser destituído e substituído por um regime democrático. Esse trabalho de pesquisa resultou de sua dissertação de mestrado intitulada ***Revolução de Caranguejos: Políticas para o teatro no Espírito Santo durante a ditadura militar*** (2013), onde Duílio apresenta uma análise criteriosa das políticas públicas para o teatro local durante o período em foco.

Graduado em História pela UFES, Duílio fez mestrado nessa mesma instituição dentro do Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas. Ele estudou teatro na Escola de Teatro, Dança e Música FAFI e é membro fundador da Folgazões Companhia de Artes Cênicas, onde atua, participa na elaboração de projetos e na produção dos espetáculos, sendo também o responsável pelo setor financeiro da trupe.

A ideia de realizar a pesquisa veio do fato de Duílio ter tido a oportunidade de conversar com diversas pessoas do teatro local e percebeu certa nostalgia, pois muitas dessas pessoas

faziam menção a uma época áurea que o teatro capixaba teria vivido durante as décadas de 1960 e 1970. Segundo aquelas pessoas, na época em questão, as montagens do teatro capixabas circulavam pelo país, participavam de festivais e gozavam de certa importância no cenário nacional.

Todos esses relatos, aliados ao fato de o teatro local ter vivido um período áureo exatamente durante o período militar, despertaram sua curiosidade. Não havia ali um paradoxo? Um regime militar é sempre, teoricamente ao menos, um momento de cerceamento da criação artística, de censura, e até de prisões. Como então explicar o crescimento vivenciado pelo teatro capixaba naquele momento? Duilio decidiu estudar o assunto, aprofundando-se nele. E, nesse aspecto, foi fundamental a oportunidade que se apresentou de pesquisar o tema no curso de mestrado.

Há que se ressaltar, no entanto, que o mestrado em História na Ufes tem por foco a história política. Por isso mesmo, Duilio teve que adaptar o tema à linha principal de pesquisa do mestrado. A opção foi focar as políticas públicas, buscando responder as seguintes questões estruturantes: Houve ou não um teatro mais avançado no Espírito Santo durante o período da ditadura militar? Se houve, qual foi o papel do Estado nisso?

Três momentos

O período estudado por Duilio vai de 1964 a 1980, dividido em três momentos distintos. O primeiro, de 1964 a 1969, identificado como sendo de poucas ações de Estado em termos de políticas públicas para o teatro local. O segundo, de 1970 a 1976, coincide com a gestão de Christiano Dias Lopes e de outros governadores biônicos, que não eram eleitos, mas empossados pelo governo militar. Esse período coincide também com a criação da Fundação Cultural do Espírito Santo e com algumas ações importantes como a criação do Teatro Estúdio, a tentativa de criação de um teatro no Mercado da Capixaba, projeto que foi abortado posteriormente, mas a Fundação Cultural chegou a receber verba para obra. É dessa época também a tentativa de criação de um grupo de teatro bancado pelo governo do

Estado. Outra ação da maior importância foi a reforma e reinauguração do Theatro Carlos Gomes, que passou a contar inclusive com a estreia de espetáculos de artistas de renome nacional. Nessa época, vários festivais de teatro amador foram realizados aqui no estado com o apoio do governo, o que contribuiu para o surgimento de novos grupos e o aparecimento de novos artistas.

No terceiro período, que vai de 1977 a 1980, a destinação de verbas para a cultura por parte do governo decaiu, o que provoca a extinção de praticamente todas as ações que vinham sendo desenvolvidas.

Duílio trabalhou com a hipótese de que o grande investimento ocorrido durante o segundo período (que coincidiu com a etapa de maior radicalismo por parte do governo militar e também quando foram indicados os governadores biônicos) serviu para conquistar a simpatia das pessoas. Porém, no final da década de 1970, com a proximidade do fim da ditadura militar, os governos federal e estadual perderam o interesse em manter uma opinião pública favorável e abandonaram as políticas públicas que vinham desenvolvendo para o teatro local.

Essa hipótese que vai ao encontro do que preconiza o teórico francês George Balandier que cunhou o termo *teatrocracia*, referindo-se ao jogo de cena presente nas iniciativas de governos ao investirem em cultura e arte. Segundo esse pesquisador “a política está destinada a produzir efeitos de ilusão, assim como o teatro”. Duílio acredita que a Fundação Cultural não foi criada para esse fim, mas serviu para gerar a ilusão de valorização do cultural por parte do governo central e dos governadores biônicos, angariando assim a simpatia das pessoas.

O título da peça teatral “Revolução de Caranguejos”, de Antônio Carlos Neves, serviu-lhe de metáfora para o que aconteceu aqui no estado, de 1964 a 1980, em termos de políticas públicas para a cultura de um modo geral e para o teatro, em particular. “Antes elas não existiam”, ele informa. “Passaram então a existir, mas, na iminência de perder o poder, o governo deixou de se interessar pela cultura, o que, na fase final, provocou um retrocesso em termos dessas políticas”.

Através da metodologia de “*jogos de escalas*”, conceito cunhado pelo historiador e teórico francês Jacques Revel, Duilio pesquisou o período 1964 a 1980, alternando entre análises macro e micro, ou seja, estudou tanto as grandes estruturas (as políticas públicas para o teatro desenvolvidas em nível federal e estadual) quanto certas especificidades locais. Nesse aspecto, o estudo de documentos da Fundação Cultural do Espírito Santo foi muito importante, assim como as entrevistas com pessoas que vivenciaram a época. Duilio entrevistou seis artistas locais cujos depoimentos encontram-se aqui reproduzidos na íntegra. Aqui o leitor da *Revista Simbiótica* poderá conferir os depoimentos integrais desses *Seis Personagens à procura de um Teatro*.

Boa leitura e que a viagem no tempo lhe seja proveitosa!

Alvarito Mendes Filho *

* Ator, autor e diretor de teatro. Formado em **Letras (Inglês)** e **Comunicação Social** pela UFES. Pós-graduado em **Estudos em Imagem e Mídia** pela Faculdade Getúlio Vargas-Vitória. Cursando Mestrado em **Educação em Ciências e Matemática** no IFES.